



Anais da Assembléia

Nº 188

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 218/97, da Sra. Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, solicitando autorização para afastar-se do País de 26 de novembro a 19 de dezembro próximos, com destino ao Japão e a outros países asiáticos, integrando Missão Econômica organizada

pela Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Japão do Paraná. Além de contatos com autoridades e organismos oficiais, a viagem inclui visitas a fábricas de tecnologia de ponta e a participação em um Simpósio Econômico promovido pela JETRO, órgão do Ministério do Comércio Internacional do Japão, sobre oportunidades de negócios no Brasil, particularmente no Paraná.
Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que sejam colocados em regime de urgência, os Projetos de Lei nºs 516/97 e 517/97, que criam as Circunscrições Regionais de Trânsito nas Cidades de Curiúva e Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) RENY BORSATTO

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente.

Apoiado no que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o Deputado adiante nominado, membro do Partido da Solidariedade Nacional - PSN, REQUER à Mesa, ouvido o nobre Plenário, seja concedida urgência para a discussão do Projeto de Lei nº 548/97, dispondo sobre prestação de informações a vítimas e/ou familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência, tendo em vista a premência da deliberação da matéria em questão.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família da Sra. Jandyra da Silva Urganani, mãe do vice-Prefeito do Município de São Manoel do Paraná, falecida no dia 02 de novembro de 1997, no citado município.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à

família do Sr. Orides Gentil Saran, Professor residente no Município de Cianorte, falecido no último dia 01 de novembro de 1997, no citado município.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. José Francisco da Silva, pai do Vereador Leodoro Francisco da Silva, do Município de Cianorte, falecido no dia 03 de novembro, no citado município.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Edson Borba Carneiro, na data de hoje.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Edson Borba Carneiro foi Vereador no Município de Grandes Rios, foi Presidente da Comissão Pró-Emancipação de Rio Branco do Ivaí. Atualmente, exercia o cargo de vice-Prefeito de Rio Branco do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar à família Rocha, pelo falecimento da Sra. Jurema Aparecida Ferreira da Rocha, com 40 anos, filha de Adirceu Vieira da Rocha e de Maria Daluz.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de pesar pelo falecimento do empresário paranaense Guy Pereira Oliveira, em trágico acidente aéreo ocorrido na última sexta-feira, no Mu-

nicipio de Canela, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(aa) BETO RICHA

ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Srta. Jaqueline Skibinski, do Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Requer ainda, que do teor do presente, dê-se ciência à família.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A extinta tinha 30 anos e era filha de Nelson Skibinski e Alzira Skibinski. Seu passamento prematuro abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Jaqueline Skibinski era uma pessoa trabalhadora, querida por todos e pertencia a tradicional família pontagrossense.

Jamais de apagará de nossa memória e do nosso coração a lembrança da Srta. Jaqueline Skibinski, pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ela tiveram o prazer de conviver.

REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para o Sr. Valdomiro Delantonia Peraçoli, eleito Diretor do Colégio Estadual Chateaubriandense, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para o Sr. Antonio Carlos Volpato, eleito Diretor do Colégio Estadual Padre Anchieta, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congra-

tulações a Sra. Luzia de Fátima Scramin, eleita Diretora do Colégio Estadual Princesa Isabel, Município de Encantado do Oeste.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Sra. Cleuza Marly Jaskowiak eleita Diretora do Colégio Estadual Bragantina - Ensino de 1º e 2º graus, no Município de Bragantina.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações aos funcionários da TELEPAR, representados pelo Presidente daquela instituição, o ex-Governador do Paraná Álvaro Fernandes Dias, pela conquista do certificado da ISO 9002, no segmento de mercado de capitais, garantindo a qualificação daquela empresa, como primeira estatal brasileira na área de telecomunicações a receber o título entregue pela Bureau Veritas Quality Internacional (BVQI), órgão certificador brasileiro com reconhecimento na Europa e nos Estados Unidos, em função do bom atendimento aos seus investidores, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Empresa J. Araújo, administrada pelos empresários Jair e Jairo Araújo, pelos 50 anos de fundação da empresa.

Com 50 anos de atuação recém-completados, a empresa J. Araújo confunde-se com a história do transporte rodoviário no Paraná. Com o nome fantasia de Estrela do Sul, a empresa de ônibus J. Araújo foi fundada em 1947

por Jair Araújo e Antenor Kutza. A firma começou operar com limusines (carros importados) fazendo a linha Irati-Curitiba, e transportando em média 5 passageiros por horário. Logo em seguida foi implantada a linha Curitiba-União da Vitória via Rebouças, Rio Azul, Mallet e Paulo Frontim. Acompanhando a evolução do mercado, a empresa passou a utilizar em sua frota uma "jardineira", considerada o primeiro ônibus, verdadeira inovação para a época, que permitia transportar em torno de 11 passageiros.

As viagens, no início, eram longas e cansativas, durando 15 horas, devido a precariedade das estradas, em sua grande maioria de leito natural.

Atualmente, sua frota é composta de 40 ônibus. Hoje a empresa encontra-se em expansão e diversificando atividades, visando outros mercados, com serviços e experiências de 50 anos no transporte rodoviário.

A J. Araújo tem orgulho de ser uma empresa iratiense, empenhada em contribuir para o engrandecimento e o desenvolvimento do município.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Município de Porto Amazonas, representado pelo Prefeito Municipal, pela passagem, neste dia 09.11.97, dos seus 50 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Porto Amazonas, localizado na Região dos Campos Gerais, comemora no próximo dia 09 de novembro, seu cinquentenário de emancipação política, dentro do Estado do Paraná.

Descoberto pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, Porto Amazonas foi por décadas um dos municípios mais progressistas do Estado, quando transportava pelas águas do rio Iguaçu, grandes carregamentos de erva-mate e madeira, que eram transportados por vapor até a cidade de São Mateus do Sul.

Durante anos pertenceu à Palmas, posteriormente à Palmeira, até que no dia 09 de novembro de 1947 foi elevado a categoria de município, levando o nome de Porto Amazonas, em homenagem a seu desbravador o Coronel Amazonas de

Araújo Marcondes. Hoje, Porto Amazonas não possui mais o glamour das embarcações que cortavam as águas do Iguaçu, nem mais o apitar das locomotivas que cortavam suas divisas levando o progresso à outras regiões. Mas, Porto Amazonas sobreviveu, graças ao trabalho de seu povo, e hoje é um dos maiores produtores de maçãs do Estado.

Embora seja um município pequeno em seu porte, Porto Amazonas engrandece o Paraná pelo grande valor de seu povo. De lá saíram e saem grandes nomes que contribuem e contribuíram em muito pelo engrandecimento de nosso Estado, como por exemplo, o ex-Deputado Olívio Belich, o advogado Antonio Acir Breda, que foi Chefe da Casa Civil do Governo Álvaro Dias, e tantos outros que enaltecem o Paraná.

Parabéns, Porto Amazonas!

REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado em Ata, voto de congratulações e aplausos ao Sr. Michel Abílio Nagib Neme, pela sua eleição à Presidência da Associação dos Serventuários da Justiça da microrregião de Maringá, para o biênio 97/99.

O Sr. Michel Abílio Nagib Neme, respaldado por uma extraordinária credibilidade junto à categoria dos Serventuários da Justiça, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Jorge Luiz Fernandes Guirado, diretor geral da TV Tarobá - Cascavel, pelos relevantes serviços prestados a televisão paranaense e brasileira.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A TV Tarobá comemora em 1997, 18 anos de fundação. O primeiro funcionário da empresa, o competente Jorge Luiz Fernandes Guirado, hoje diretor geral da emissora, está comemorando 20 anos de atividades na televisão do Paraná.

Filho de família humilde de Londrina, homem dedicado, determinado e

de muita competência, em 1997 já estava no ar, 2 anos antes da fundação da emissora, sendo o seu primeiro funcionário. Trabalhou duro para transformar a TV Tarobá em uma das mais bem equipadas do Brasil.

Jorge Luiz conquistou com muito trabalho a sua posição de importante homem de televisão do País, reconhecido por funcionários, telespectadores e imprensa em geral. Viveu todos os momentos da emissora, positivos e negativos, sempre com humildade e determinação conseguiu ultrapassar obstáculos e transformar a TV Tarobá no que hoje é, uma emissora de alta credibilidade e exemplo de profissionalismo.

Jorge Luiz herdou sua postura profissional e humana de um homem simples de Londrina, o Sr. Zelão, seu pai, com quem aprendeu o sentido da vida e recebeu a base fundamental de seu caráter, espírito de solidariedade e de profissional exemplar.

Com esta homenagem, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, parabeniza mais uma vez a TV Tarobá, pelos 18 anos de fundação, parabeniza funcionários, anunciantes, telespectadores e o seu diretor geral, o amigo Jorge Luiz Fernandes Guirado.

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Elimar Furtado da Silva, líder político do Município de São Pedro do Ivaí, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Elimar Furtado da Silva, natural de São Pedro do Ivaí, nascido em 08 de maio de 1952, filho de João Furtado da Silva e Maria F. Furtado, casado com Sônia Aparecida Soares de Oliveira, com quem formou uma família com os dois filhos - Elisson e Marcelo.

Elimar iniciou sua vida profissional aos nove anos, engraxando sapatos e vendendo sorvetes. Filho de pai político, iniciou cedo sua militância na vida política, participando de diversas campanhas eleitorais.

Aos 15 anos, deslocou-se para Curitiba, onde trabalhou em diversos estabelecimentos comerciais, como Casas Pernambucanas, Riachuelo, Três Coelhos e Magazine Avenida. Em Curitiba não perdeu seu interesse pela política, envolvendo-se em campanhas eleitorais de diversos candidatos, entre eles a

de Roberto Requião à Prefeitura de Curitiba.

Seu último emprego na Capital foi abandonado pelo vício. Elimar tornou-se alcoólatra. Retornou à sua cidade natal, onde conheceu a Associação de Recuperação do Alcoólatra, reconhecida pela sua recuperação e de outras pessoas, tornou-se presidente da entidade por três vezes.

Após um ano em São Pedro do Ivaí, Elimar candidatou-se à uma das cadeiras da Câmara Municipal. Como resultado de seu trabalho comunitário e pela recuperação de alcoólatras, foi eleito em 1992 o segundo vereador mais votado do município.

Como Vereador, foi escolhido como o parlamentar mais atuante em 1994, 1995 e 1996, reconhecido por diversas vezes como político do ano, segundo pesquisas de opinião. Em 1996 foi candidato a prefeito e apesar da bela votação, não obteve a vitória merecida.

Elimar continua seu trabalho em benefício de São Pedro do Ivaí, dedicando seus esforços para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador José Elias Dombroski, que conta com nosso total apoio.

Estes recursos serão destinados às obras de reconstrução e reequipamento do referido hospital, as quais já estão sendo realizadas, através do auxílio da comunidade local, e com parte de recursos do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Edson Fischer da Silva, Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, solicitando o credenciamento de médicos no Município de Imbituva.

Por informações extra-oficiais, os serviços de consulta do IPE, por médicos credenciados, só existe nesta Capital.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador Alceu Sponholz, que conta com nosso total apoio, pois somos conhecedores das dificuldades que os funcionários do Município de Imbituva - que são aproximadamente 150, entre ativos, inativos e seus dependentes - enfrentam sempre que necessitam de tratamento médico.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente da República e aos Presidentes da Câmara e Senado Federal, no sentido de que sejam agilizados os procedimentos para alteração na Carta Magna, nos dispositivos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Desta forma, solicito que ao expediente encaminhado por esta Casa de Leis seja anexado cópia do documento em anexo - Ofício Circular nº 124/97/98 - Gab/Pres. - elaborado pela Câmara de Vereadores do Município de Campo Mourão, manifestando a preocupação dos Vereadores José Eugenio Maciel e Maria Dolores Barrinuevo Alves, sobre a questão.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores acima nominados.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. Nos últimos 05 (cinco) anos, quais foram as pessoas físicas ou jurídicas que solicitaram autorização para desmatamento (corte de árvores) no Estado do Paraná?

2. Quais foram as pessoas físicas ou jurídicas autorizadas?

2.1. Especificar a área total da propriedade e tamanho da área devastada, respectivamente por área.

3. Nos últimos 05 (cinco) anos, quantos proprietários (pessoas físicas

ou jurídicas) foram autuados por desmatamento ilegal?

3.1. Especificar, em que situação legal se encontra cada uma dessas autuações.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há orador inscrito no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Deputada Ironi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que me traz a esta tribuna, hoje, é falar sobre o evento "Mulheres no Exercício de Funções Públicas", que aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de outubro, numa promoção da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a participação do Deputado Anibal Khury.

Este evento foi um dos acontecimentos mais importantes a respeito dos movimentos de mulheres nos últimos anos. No Brasil, faz 6 anos que não há nenhum encontro de mulheres para discutir a situação desta metade da população brasileira durante esses últimos 6 anos. Não houve, e nós mulheres do Paraná, com a sensibilidade do nosso grande Deputado Presidente Anibal Khury, realizamos este 1º Seminário.

E quero dizer aos companheiros e ao Deputado Anibal Khury, que lá esteve presente, que esse Seminário superou todas as expectativas que tínhamos a seu respeito. Por lá passaram e permaneceram durante os 3 dias, mais de 500 mulheres de todo o Paraná.

E quero agradecer aqui, os companheiros que contribuíram para que este Seminário pudesse se efetivar e que fizeram o convite a suas companheiras, nas suas regiões, para que lá pudessem estar.

E gostaria de fazer um comentário a respeito da pesquisa que fizemos com as mulheres neste evento, que foi realizado para as Prefeitas, vice-Prefeitas e para as Vereadoras do Paraná. Temos 11 Prefeitas, 20 vice-Prefeitas, 379 Vereadoras e a elas foram encaminhados questionários, que foram respondidos, e fizemos a tabulação, através do IPARDES, desse questionário. E quero colocar aos companheiros o resultado dessa pesquisa.

Fizemos a pesquisa para Vereadoras e Prefeitas, e chegamos à conclusão que a maioria de 36.4% estão entre a faixa de 35 e 42 anos, sendo que

27.3% têm cerca de 42 a 49 anos. Assim, 63.7% das que responderam a pesquisa, têm entre 35 a 49 anos de idade. Isso quer dizer que a mulher que está na vida pública, já passou pela fase de ficar em casa cuidando de seus filhos, ou com aquela responsabilidade que temos em relação à família. Ela primeiro prioriza sua família, para depois sair para a vida pública.

E um dado muito interessante é o grau de escolaridade, pois 42.4% têm nível superior completo, e outras 27.3% têm o 2º grau. Mostrando que praticamente 70% das mulheres que participaram da pesquisa têm o 2º grau completo. Isso quer dizer que as mulheres estão preparadas e qualificadas para exercerem a função pública, para desmentir os comentários desairosos que sempre têm em relação às mulheres.

Outro dado interessante é que 83.8%, quase 84% são casadas, ou seja, a decisão está realmente atrelada à família: marido e filhos. 84.8% das Vereadoras paranaenses estão em seu primeiro mandato. Isso é o resultado da política de cotas da Lei Marta Suplicy, tendo em vista que esse número aumentou depois dessa lei. Sendo que essas 84, quase 85% das mulheres, realmente tiveram a coragem de se candidatar, participaram de um partido político e mostraram que tiveram sucesso e são capazes para as decisões do Poder Público.

Na divisão por partidos, a maior parcela - 23.7% PMDB, 15.5% do PPB e PDT. O PFL, temos 14.4%, e no PSDB temos 12.4%. Isso significa que o número de mulheres eleitas pelo PTB é de 9.3%. E que 91.2% das mulheres continuam no mesmo partido depois das eleições. As mulheres são fiéis aos seus partidos.

É interessante notar que 49.1% que entraram na vida pública, entraram a convite de políticos, do próprio marido e convite dos partidos. E 34.9% são candidatas por influência de amigos e de familiares. Por decisão pessoal, apenas 14.2

%. A plataforma política dessas mulheres mostra a preocupação das mulheres com a segurança social. Porque 34.9% têm essa preocupação, 28.6% tem a preocupação com o desenvolvimento do seu município e da sua comunidade, e 17.5% com justiça e cidadania.

Este número, pessoalmente me surpreendeu. Na era da mídia eletrônica, as mulheres venceram a campanha através do corpo a corpo e das visitas, pois 37.3% fizeram a campanha desta forma, e a mídia ficou em 6º lugar, com 1.2%. E usaram como material de

campanha o velho "santinho", que continuou líder absoluto, com 31.3%. Apenas 41.7% das eleitas, consideram ter conseguido cumprir suas promessas de campanha. A falta de apoio do Executivo e a falta de recursos financeiros, são apontados como principais empecilhos ao cumprimento das promessas. Deficiências políticas / Executivo/ Legislativo representam 54.2% no grau de dificuldades enfrentadas. O índice de dificuldades pessoais também é alto: 29.2%. O preconceito, segundo 28.3% delas, é a maior dificuldade enfrentada.

As Vereadoras do Paraná também têm muita dificuldade para manter contato com as esferas do Poder estadual, segundo 58.7%. Segundo elas, existe dificuldade de contato com o Governador do Estado (39.5%); com os Deputados Estaduais (21%); Senadores (19.8%); Deputados Federais (17.3%) e Prefeitos (2.5%).

Necessidade de saber mais: um total de 49.5% das eleitas em 1996, acreditam que precisam preparar-se mais para o desempenho de suas funções, o que explica a enorme demanda pelo Seminário Mulheres no Exercício de Funções Públicas.

Quando efetivamos essa pesquisa, analisamos que foi importante colocarmos a questão da formação político-cultural das mulheres, porque esse questionário realmente veio dizer aquilo que as mulheres têm dificuldade e que a proposta do Seminário veio atender essas necessidades.

Gostaria de ler agora, a Carta de Intenções do Seminário, que foi tirada pelas mais de 500 mulheres participantes.

(Lê): "O Seminário Mulheres no Exercício de Funções Públicas, realizado em Curitiba, de 28 a 30 de outubro de 1997, representou um momento privilegiado da luta das mulheres paranaenses pelo efetivo exercício da cidadania. Foi também um momento histórico. Pela primeira vez, tantas mulheres ocupantes de cargos públicos, mais de 500 participantes, entre elas prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras e agentes públicas, reuniram-se para discutir de forma aprofundada as políticas públicas e a participação da mulher nas decisões de governo.

Pesquisas, depoimentos e palestras evidenciaram o avanço das mulheres rumo ao seu direito de participar ativamente, em nível de igualdade, na definição de políticas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e democrática. Mas essas mesmas pes-

quisas, depoimentos e palestras, evidenciaram também os inúmeros desafios que ainda se impõem.

A mulher ainda atua de forma muito tímida e isolada na busca de participação no poder público. Segundo uma pesquisa realizada pelo gabinete da Deputada Estadual Irondi Pugliesi, 66% das mulheres paranaenses que ocupam funções e cargos públicos, têm muita dificuldade em manter contato com o poder público estadual e federal.

Uma dificuldade que se reflete na atuação da mulher e impede o aprimoramento de sua ação em benefício da comunidade.

Os depoimentos apresentados neste Seminário reafirmam conceitos já existentes. A mulher coloca seus valores éticos em primeiro plano, apresentando uma sensibilidade acentuada e um maior grau de compromisso com as situações que assume, exercendo assim, com maior qualidade, sua função pública.

A complexidade das questões que envolvem a atuação da mulher no poder público, exige uma demanda de ações voltadas a dar suporte na evolução das causas femininas. Se implementarmos um conjunto de propostas através de um fórum permanente, conseguiremos repercutir essas ações, envolvendo a sociedade como um todo.

Destaque-se nesse conjunto de propostas a criação de Conselhos Municipais da Mulher, a elaboração de programas que estabeleçam políticas públicas voltadas às questões próprias de interesse da mulher e que, sem dúvida, são de interesse da sociedade em geral: políticas de saúde e educação, implantação e melhoria de creches já existentes, capacitação profissional, atendimento de qualidade à maternidade, infância e terceira idade, são questões que interessam a homens e mulheres.

O aprimoramento da mulher na busca dessa participação na vida pública, exige a realização de seminários, eventos, e manifestações públicas que levem esta bandeira ao conhecimento de toda a sociedade, como ocorre com o dia 8 de março, sem dúvida, um marco na luta das mulheres pelo reconhecimento, consolidação e prática dos seus direitos.

É preciso considerar que a união das mulheres é o meio maior para que se chegue à transformação de uma sociedade ainda essencialmente masculina e excludente. Motivar as mulheres na militância partidária para ocuparem os cargos de poder, decisão e voto dentro dos partidos políticos em cada municí-

pio, é um dos desafios que se impõem neste momento.

Os motivos que levaram as mulheres a se mobilizar nas três últimas décadas ainda persistem. A Conferência de Beijing, realizada em 1995, indicou que a distância entre a mulher e o poder determina ainda sua condição hierarquicamente inferior.

A Conferência também reafirmou alguns pontos considerados essenciais: o preenchimento das cotas eleitorais; implantação de políticas de saúde para a mulher, com o objetivo de reduzir a mortalidade feminina provocada pelo câncer, aborto, gestação e AIDS; combate a todas as formas de violência; creches e pré-escolas; profissionalização e igualdade no trabalho, valorização da mulher em espaços públicos.

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, as mulheres enfrentam enormes dificuldades tanto para serem respeitadas, quanto para defenderem sua plataforma política.

O Seminário Mulheres no Exercício de Funções Públicas, considerou que a questão de gênero é um problema essencialmente cultural e que nós mulheres lutamos pela igualdade no exercício da cidadania. A mulher já conquistou nas leis a igualdade formal. No entanto, cotidianamente são negados os meios para que essa igualdade prevista em lei, seja colocada em prática. A realidade ainda está distante do que se assegurou na Constituição Brasileira e nas leis ordinárias.

O grande desafio, neste momento, é transformar em realidade os direitos formalmente conquistados. O poder público tem enorme responsabilidade em dar efetividade aos direitos fundamentais da mulher que, enquanto direitos humanos, são universais e com a participação efetiva da mulher nesse mesmo poder público, poderá enfim concretizá-lo de forma a reafirmar que igualdade e democracia se faz com respeito às diferenças.

Curitiba, 30 de outubro de 1997".

Este documento vem dizer a nós todos, que as mulheres realmente enfrentam as mesmas necessidades em todos os municípios do Paraná. E estive na Conferência de Beijing, na China, onde foi colocada a questão essencial da igualdade de gêneros, e essa é uma luta que estamos realizando há muitos anos.

Mas, pela primeira vez na história da nossa luta pelos movimentos da mulher, realizados aqui no Paraná, para a sua cidadania completa, é a primeira vez que vejo, depois de 15

anos, mulher falando que vai votar em mulher, mulher se orgulhando de poder participar nas decisões do Poder nas suas comunidades.

E essas deliberações que foram tiradas neste documento pelas mulheres são muito importantes, porque os desafios são transformar em realidade os direitos conquistados na legislação, porque temos uma das Constituições mais avançadas do mundo, no que diz direito à mulher, aos direitos da mulher, e na prática isso não ocorre ainda.

Outro desafio é efetivar e motivar a participação da mulher para a vida pública, porque a mulher quer participar das decisões do Poder, porque até hoje as leis foram feitas pelos homens, e nós mulheres nunca fomos convidadas a opinarmos a respeito delas. Se nós mulheres estivéssemos participando do poder há mais tempo, com certeza a educação seria mais qualificada, as creches teriam atendimento especial que as crianças precisam, com melhor qualidade; a saúde pública, com certeza seria melhor, porque nenhuma mulher que coloca um filho no mundo, que sai do seu próprio ventre, gostaria de ver o seu filho, ou a sua família, ou as pessoas da sua comunidade deixarem de ser atendidas como devem, através do SUS ou da Saúde Pública.

Por isso, é importante que a mulher participe das decisões do Poder.

O outro desafio, é compreender que nós mulheres devemos eliminar a desigualdade de direito, respeitando estas diferenças, porque as diferenças orgânicas não podem ser consideradas diferenças legais para nos alijar da cidadania.

Como propostas, temos a divulgação maciça das deliberações desse Seminário, que são muito importantes para que as outras mulheres que dele não puderam participar, possam tomar conhecimento das nossas lutas. E a realização de um Seminário estadual a cada 2 anos, no mínimo, que é muito importante que a mulher tenha essa formação cultural, porque optamos por fazer um Seminário que orientasse a mulher politicamente, e que melhorasse a sua condição na sociedade, porque já discutimos as questões específicas da mulher há muitos anos. E chegou o momento em que estamos começando a participar do Poder e que precisamos qualificar as mulheres.

E, gostaria de lembrar aqui, que eu mesma, representando o Fórum das Mulheres na Constituinte de 1989, coloquei na Constituição Estadual, leis para que o Poder Público pudesse fazer

esta qualificação para as mulheres que servem a comunidade, porque as mulheres têm dupla jornada de trabalho, não têm condições de frequentar cursos de especialização fora do expediente, porque nós mulheres é que somos responsáveis pela nossa família, pela formação da personalidade dos nossos filhos.

E, as mulheres, como provou a pesquisa, não podem, não deixam a sua família. Ela tem a família em primeiro lugar, e a sua formação profissional em segundo lugar.

Um fórum suprapartidário de candidatas com o objetivo de unificar a luta pelas questões femininas, as mulheres que lá estavam, que são candidatas a Deputadas Estaduais e Federais, propuseram que haja um fórum suprapartidário de candidatas, para que elas possam se reunir e questionar a sua atuação como candidatas e unificar as suas propostas.

Outra proposta, é a formação de uma Comissão Provisória Suprapartidária, composta por uma representante para cada região do Estado do Paraná, eleitas em sua microrregião. Os nomes indicados deverão ser enviados até o dia 04 de dezembro, para que o meu gabinete possa acompanhar estas indicações, marcar uma reunião e legitimar este fórum, através desta reunião.

Que haja uma formação de um fórum permanente de mulheres do Estado do Paraná, e já estamos cuidando disso, porque recebemos telefonemas, telegramas, visitas, e muitas mulheres nos procuram para que seja retomada essa questão da luta pelos direitos da mulher no Paraná, porque na verdade, esse intervalo de 06 anos, deixou um tempo muito grande para que os movimentos que existem possam se reunir, e precisamos começar a somar neste momento.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputada

Irondi, gostaria de, em nome da nossa bancada, já o fiz ontem aqui neste Plenário, mas acredito que o faço em nome da Assembléia, porque Vossa Excelência, quando da organização desse encontro, recebeu o apoio incontestado desta Casa, através do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury. Mas, gostaria de registrar, Deputada Irondi, agora os dados que Vossa Excelência repassa aqui para esta Casa, do sucesso que foi o Seminário, do "raio x", de uma "radiografia" do pensamento das mulheres executivas do nosso Paraná, aquelas que exercem cargos e funções públicas, gostaria de registrar,

em nome da Bancada do PPB, a nossa satisfação, em primeiro instância, de ter a frente desse encontro Vossa Excelência, organizando, mais uma vez, um encontro das mulheres do Paraná. Um encontro que, sem dúvida nenhuma, extrapolou apenas a organização do próprio encontro, enquanto as mulheres se organizavam e faziam o encontro para discutirem os seus problemas e as suas atuações na vida pública.

Mas, teve uma ressonância em todo o Estado do Paraná, a imprensa que deu uma cobertura fabulosa a esse encontro, não foi, evidentemente, apenas por ser um encontro de mulheres, mas fruto da organização, do talento, do trabalho.

E ao parabenizar Vossa Excelência por ter coordenado este encontro, com muito brilhantismo, com muita competência, com muito trabalho, o seu gabinete, todas as pessoas que se envolveram, gostaria de parabenizá-la e parabenizar todas as mulheres que ocupam cargos públicos no Paraná, que tiveram, durante esses três dias, a participação efetiva num encontro que marcou, sem dúvida nenhuma, um marco decisivo para a afirmação da postura pública da mulher no nosso Estado.

Parabéns a Vossa Excelência e a todos quanto colaboraram para este encontro, que foi um sucesso absoluto. Ouço, por onde passo, comentários sobre o sucesso desse encontro, que sem dúvida nenhuma, foi um marco, como já disse, para a afirmação pública dessas valorosas companheiras que trabalham de todo o Estado do Paraná, Vereadoras, Presidentes de Partidos, assessoras, todas as mulheres que ocupam, na verdade, várias funções no Estado, tiveram participação nesse encontro, e uma participação que teve a oportunidade de presenciar em todas as discussões inerentes a assuntos que interessam não só à mulher, mas aos destinos da sociedade paranaense e do Brasil.

Parabéns a Vossa Excelência e a todos que colaboraram na sua coordenação deste brilhante encontro.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Quero aqui, fazer um intervalo, e agradecer a cobertura que a imprensa nos deu, porque conforme a discussão feita em decorrência do Seminário, vimos que toda a imprensa do Paraná estava realmente sintonizada com o evento, e isso mostra que realmente este Seminário era uma necessidade e os companheiros que lá estiveram, porque foram muito poucos e aliás os homens se interessam muito pouco por esta metade da população, que sempre votam neles, quero re-

afirmar isto aqui, e agora verificam quanto foi importante este evento para as mulheres do Paraná, porque elas receberam, durante o Seminário, todo o tipo de informações necessárias para as mulheres que trabalham com funções públicas, sejam Prefeitas, vices, Vereadoras, ou trabalham na Saúde, na assistência social, sejam assessoras, enfim, qualquer área, porque lá tivemos também pessoas do Tribunal de Justiça, das Secretarias de Estado.

E o que veio de maior encontro, foi a questão da importância da participação da mulher no Poder Público, realmente analisamos a legislação, o processo legislativo, falamos da mulher em seu relacionamento interpessoal, do seu relacionamento com a mídia, e principalmente sobre ética e cidadania, porque a mulher, segundo pesquisas, dentro da política, das decisões do poder, são as pessoas que mais exigem que a ética seja praticada e praticam a ética no seu dia-a-dia. As mulheres trazem isso inerentes à sua educação, na sua formação como educadoras e como mães, como aqui já disse.

Então, esse evento foi de uma importância muito grande, e a imprensa que lá esteve, soube captar este momento de extrema importância para esta metade da população, que é ainda discriminada, até mesmo aqui nesta Casa, pelos Deputados, quando na pesquisa as mulheres afirmam que não conseguem falar com os seus Deputados, 21% das mulheres que responderam ao questionário, afirmam isso. E 58% delas, afirmam que no Governo do Estado não encontram guarida às suas questões. É uma dificuldade muito grande e isso demonstra que as questões das mulheres, que são a metade da população, e que são organicamente diferentes dos homens, mas que são iguais na cidadania, as mulheres são iguais enquanto pessoas que devem ser respeitadas, tanto na legislação, como no seu dia-a-dia, e isso não acontece.

Quero agradecer à imprensa, que deu, realmente, todas as informações necessárias para que as outras mulheres que não participaram do evento pudessem ter o conhecimento disso. Ainda, o que é mais importante, a imprensa exerce papel preponderante na divulgação das dificuldades que as mulheres enfrentam para conquistarem a cidadania plena, porque até hoje encontramos isso quando nos negam a criação de Delegacias da Mulher, para combater a violência, não só contra a mulher, mas principalmente contra a criança, quando não punem os adultos que exploram as crianças em prostitui-

ção, porque a sociedade finge que o problema do aborto não existe neste país.

Enfim, as questões da mulher sempre foram secundários, politicamente, por isso que é importante a participação das mulheres nas decisões do Poder, para que esta metade da população tenha a sua afirmação como cidadãs, possam ser realmente iguais dentro das diferenças, porque realmente somos diferenças, e a sensibilidade, a solidariedade, o amor, a paz e a justiça faz parte do vocabulário de qualquer mulher, em qualquer função dentro do Estado do Paraná, do Brasil e do mundo.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputada Irondi, em nome da Bancada do PMDB, queremos neste instante, evidentemente, cumprimentá-la e destacar o seu trabalho aqui nesta Casa de Leis, e especificamente neste grande evento que Vossa Excelência coordenou nesses últimos dias no Estado do Paraná.

A cada semana que passa, nos da Bancada do PMDB, passamos a admirá-la cada vez mais, pelo seu talento, pelo seu trabalho, pela forma com que Vossa Excelência exerce sua atividade parlamentar aqui dentro do Poder Legislativo.

Acompanhamos, evidentemente, pela imprensa e pessoas ligadas a nós estiveram presentes e puderam avaliar aquilo que Vossa Excelência coloca para todos nós aqui nesta tarde. Desta feita, os nossos cumprimentos a Vossa Excelência, os nossos cumprimentos ao Deputado Anibal Khury, pelo apoio logístico que deu a esse evento, a este encontro, a esse fórum de debates.

E me parece que Vossa Excelência, a cada dia que passa, a cada mês, vem crescendo mais ainda no conceito dos seus amigos, principalmente da Bancada do PMDB, não somente aqui dentro, mas de resto em todo o Estado do Paraná.

Os nossos cumprimentos, o nosso respeito, e continue assim. Deus que ilumine você, sempre.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Gostaria de dizer da sensibilidade do nosso Presidente, para a realização desse evento. Ele não mediu esforços, porque ele, um homem experiente, de tantos anos de luta, não poderia deixar de dar apoio a esse seminário.

Quero dizer aqui aos companheiros, que este seminário foi um dos acontecimentos mais importantes, no

que diz respeito a minha vida na luta pelos direitos da mulher. Realmente, nunca vi tanta identidade de propósitos entre 500 mulheres reunidas. Foi emocionante o encontro das mulheres.

O Deputado Augustinho Zucchi, que lá esteve, o Deputado Neivo Beraldin, que nos privilegiou por estar na mesa conosco, presenciou no dia-a-dia, o quanto as mulheres valorizaram esse encontro, porque realmente era o que estava faltando para que as mulheres pudessem conversar e unificar a sua luta, no que diz respeito à cidadania.

Para encerrar, gostaria de dizer o seguinte: que dentre as propostas, as mulheres colocaram a necessidade de uma edição de um jornal voltado às questões femininas, e que no dia 08 de março haja em todo o Estado, a realização de palestras, passeatas e ações mobilizando a sociedade para a luta, e que a elaboração de seminários, de cursos regionais, sejam feitos para que haja discussão e aprimoramento da participação da mulher na sociedade, que a instalação das Delegacias da Mulher nos municípios sejam feitos aonde não existem, e que o aprimoramento precisa ser feito nas delegacias onde elas já existem, e que também há necessidade da criação de mais Conselhos pelos direitos da mulher.

Na verdade, o que gostaria de deixar claro aos companheiros, é que gostaria de vê-los mais integrados à luta. Quero fazer um chamamento especial aos companheiros, não porque as mulheres são a metade da população, só por este motivo, mas porque, segundo pesquisas da Organização das Nações Unidas, é a mulher que tem o poder de transformação, porque ela, sem a instrução, sem a qualificação da sua vida, continua a repetir o status quo-dominante. A partir do momento em que ela recebe mais informações, se ela atinge índices escolares mais altos, ela qualifica a sua família, a vida do seu filho, forma personalidades mais abertas, com maior liberdade e com maior conhecimento, e aí está a transformação.

A mulher é o maior ser transformador da nossa sociedade, e ainda se encontra numa posição de não ter cidadania completa.

Espero contar, mais uma vez, com a contribuição dos nossos companheiros e do Deputado Anibal Khury, que vamos fazer uma proposta orçamentária, para que esse seminário continue acontecendo na sua segunda, terceira e outras vezes, para que as mulheres possam receber o aprimoramento que precisam, para ter maior qualidade na sua pro-

fissão e entender melhor os paranaenses, os quais elas representam.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na qualidade de Presidente desta Casa, quero dizer aos meus nobres Pares, que me sinto orgulhoso, porque a participação da Deputada Irondi Pugliesi no evento das mulheres foi decisiva para o seu êxito, e encontrou eco, não só entre as mulheres do Paraná, como em todas as mulheres do Brasil que participaram dessa reunião.

A Deputada Irondi Pugliesi honra esta Casa e deu a demonstração da sua capacidade de organização e de liderança, e mais do que tudo isso, já temos mulheres em todas as fases da vida brasileira: médicas, advogadas, promotoras, juízas, enfim, em todos os setores. Estamos sentindo falta na política.

Esse evento da Deputada Irondi Pugliesi serviu para despertar o interesse político da mulher paranaense. Tanto assim é verdade, que por lei, somos obrigados a preencher 20% dos cargos das nossas vagas e não temos nem 5%.

Parabéns, Deputada Irondi Pugliesi! A sua liderança tornou-se mais firme. A condução de seu trabalho foi dignificante para você, para Vossa Excelência, para nós, eu que participei de duas reuniões, o Governador do Estado, o ex-Governador Álvaro Dias, e o seu sucesso foi incomensurável. Não estou adjetivando gratuitamente. Estou falando, porque realmente todos nos sentimos orgulhosos da sua presença nesta Casa, como representante da mulher paranaense.

Parabéns!

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PDT, PFL, PL, PSDB, PT, PTB, PPB, PMDB, Liderança do Governo.

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, o Deputado Orlando Pessuti trouxe aqui nesta Casa e fez um pronunciamento, onde colocou que o Governo do Paraná não estava executando os programas com financiamentos internacionais, porque não estava dando a contrapartida, mas em virtude do Deputado Orlando Pessuti, ilustre Líder do PMDB não estar na Casa, voltarei a falar desta questão na próxima segunda-feira, para que possamos esclarecer os

números, que pelos levantamentos feitos pela minha assessoria, são equivocados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 466/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Escola Evangélica de Carambei - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Carambei. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 508/97, de autoria do Deputado Hidetazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai, com sede e foro na Cidade de Terra Roxa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 01.10.97).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 523/97, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades seja utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 KWH (COPEL).

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 523/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujos "imóveis" sejam utilizados para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kwh.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que apresentarem sazonalidade de con-

sumo, as que não estiverem ocupadas e as que não caracterizadas como residência permanente e, a partir de 01.10.97, também os consumidores residenciais urbanos que não pertencerem à subclasse "residencial baixa renda", conforme definido na Portaria nº 190/96, de 31.05.96, publicada em 07.06.96, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art. 2º - O ressarcimento às concessionárias de energia elétrica situadas no Estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no art. 1º, será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado do Paraná. Os procedimentos inerentes a essa operação serão realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º - O ressarcimento referido no art. 2º desta lei, aplica-se a partir dos faturamentos relativos aos consumos do mês de abril de 1996, inclusive.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CÉSAR SELEME

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 540/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, com sede e foro na Cidade de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 09.10.97).**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 11.685, de 17 de fevereiro de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68, de 13.05.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 214/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri,

visa alterar os artigos 2º e 3º da Lei nº 11.685/97 (Tarifas).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, exaramos parecer favorável, na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 214/97

P A R E C E R:

Trata o presente projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Cezar Silvestri, da alteração da Lei Estadual nº 11.685/97, que estabeleceu que os pagamentos, depósitos e demais movimentações financeiras das entidades que especificou só poderiam ser feitos no BANESTADO, introduzindo nova redação aos seus arts. 2º e 3º, de forma a permitir que estabelecimentos privados conveniados façam o recebimento de contas de água, esgoto, energia elétrica e outras tarifas das concessionárias de serviço público, estabelecendo ainda que, recolhidas as tarifas, deve o arrecadado ser depositado no BANESTADO, nos termos do art. 2º do projeto de lei em análise.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, Salvo Melhor Juízo, uma vez que o procedimento proposto, além de evitar o acúmulo de filas junto às agências do BANESTADO, facilitando a vida do cidadão, em nenhum momento retira da competência do próprio BANESTADO a responsabilidade pela movimentação dos recursos arrecadados com as tarifas de concessionárias. Assim, resta favorável ao interesse público, pelo que emitimos parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 20.08.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 214/97,
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1º - ...nos termos de **convênios** ou contratos assinados pelas empresas concessionárias do serviço público, com a finalidade de manter serviço adequado.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que unifica a Central de Atendimento Telefônico de Emergências de 03 (três) dígitos do Estado, no número 190. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 91, de 09.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 267/97

P A R E C E R:

Relatório

A presente propositura de autoria do ilustre Deputado Ricardo Chab, visa propor a unificação dos telefones de serviços públicos de 03 (três) dígitos, para 01 (um) só dígito.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a dar parecer, e analisando o projeto, entendeu-se que o autor visa racionalizar e dinamizar os serviços de emergência colocados à disposição da população, ao tempo em que se estriba em farta literatura, comprovando a celeuma que provoca ao usuário, em função dos vários números (07), e da assertiva tanto técnica quanto econômica da medida ora proposta, e não encontrando óbice legal e regimental para a tramitação do mesmo, propõe o que segue:

Conclusão

Assim sendo, este relator oferece parecer favorável à matéria, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 267/97

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 267/97, de lavra do eminente Deputado Ricardo Chab, objetiva criar a Central de Atendimento Telefônico de Emergência no Estado do Paraná, com a instituição do número 190 como único número. Esta central será resultante da unificação dos telefones de emergência da Polícia Militar, da Polícia Civil, da SANEPAR, do SIATE, da Defesa Civil, da COPEL e do BPTRAN.

No entendimento do nobre Deputado, tal medida racionalizará e dinamizará os serviços de emergência.

Chamada a se manifestar, esta Comissão nada encontrou que possa impedir sua regular tramitação.

Assim sendo, ofereço parecer favorável, e manifesto-me pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.10.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

Em votação.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para fazer um alerta aos Srs. Deputados, porque aqui representamos toda a sociedade do Paraná, e quero perguntar aos Srs. Deputados e a Sra. Deputada - que brilhantemente liderou uma grande reunião destacando o papel da mulher na sociedade - se caso um automóvel colida com um poste da rede elétrica, o poste cai em cima do automóvel e lá está o cidadão ferido. Que número devemos ligar? O número de emergência que temos que acionar o órgão do Estado para vir socorrer o cidadão que ali está e evitar que aquele fio cause um incêndio ou algo maior.

Então, foi pensando nisso e baseado num estudo feito por membros da Polícia Militar, do oficialato da Polícia Militar, é que apresentamos este projeto 190. O nº 190 é o número mais conhecido da emergência, e o Estado tem pelo menos mais uma dezena de números para emergência. 197 para a Polícia Civil, 193 para os Bombeiros, 196 para a SANEPAR e por aí afora. Até o PROCON tem lá um número de emergência que ninguém sabe.

Então, a idéia do projeto é unificar todos os órgãos do Estado no 190. Então vamos fazer com que o Estado preste um serviço ao cidadão, um serviço melhor, ao invés do cidadão andar com a lista embaixo do braço, o Estado é que vai ficar prestando bons serviços ao cidadão, atendendo toda e qualquer solicitação do 190.

Esse era apenas um esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi **aprovado**.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/97, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que torna obrigatória a implantação de placas educativas para preservação da fauna em rodovias municipais e estaduais que circundam áreas de reserva ambiental permanente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A. E C.O.P.T.C.. **Aprovado**. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 288/97

P A R E C E R:

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade tornar obrigatório a implantação de placas educativas para preservação da fauna em rodovias municipais e estaduais que circundam áreas de reserva ambiental permanente.

Fundamentação

Trata-se de medida de natureza educativa e conscientizadora do meio ambiente, bem como visa implantar uma política educacional de trânsito para a preservação da fauna em reservas ecológicas, evitando assim as consequências de graves acidentes nestas rodovias.

Conclusão

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a se pronunciar, vem a fazê-lo no sentido de aprovar a presente proposta, emitindo pois parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 288/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, pretende tornar obrigatório a implantação de placas educativas para preservação da fauna em rodovias municipais e estaduais que circundam áreas de reserva ambiental permanente.

Fundamentação

Tal propositura já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça merecendo parecer favorável.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente acata o parecer supracitado face tratar-se de matéria de relevante interesse a todos nós, "pois a implantação de uma política de conscientização e educação de respeito ao meio ambiente, poderá certamente evitar as consequências de acidentes graves nestas rodovias".

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.09.97.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

AUGUSTINHO ZUCCHI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 288/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, visa tornar obrigatória a implantação de placas educativas para preservação da fauna em rodovias municipais e estaduais que circundam áreas de reserva ambiental permanente.

Fundamentação

A propositura já foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Ecologia e Meio Ambiente, merecendo de ambas parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, acata ambos os pareceres das comissões supracitadas, aprovando o projeto em questão, por tratar-se de matéria de interesse da sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.10.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que cria o Pólo Agro-Industrial na Região Noroeste do Estado do Paraná, liderado pelo Município de Paranavaí, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 374/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o "Pólo Agro-Industrial do Noroeste", liderado pelo Município de Paranavaí, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agro-indústria da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para a criação deste pólo através de programas de Governo e inclusões orçamentárias futuras, devendo ainda gerar fomentos e incentivos para o desenvolvimento daquela região do Estado do Paraná.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data desta publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em breve lembrança histórica, o Município de Paranavaí, já demonstrava na década de 30 o espírito empreendedor de seus primeiros colonizadores, externando a sua vocação como região agrícola - e mais tarde como município, quando na Fazenda Brasileira foram plantados mais de um milhão de pés de café.

A necessidade de se implementar uma verdadeira melhoria de qualidade e de aumento de produtividade em todas as regiões de nosso Estado, ficou mais evidente com a implantação do MERCOSUL, diante do qual o Paraná ocupa posição geográfica estratégica.

O Pólo Agro-Industrial de Paranavaí fortalecerá a base produtiva da região que hoje é formada de fruticultores de várias espécies, tem pecuária desenvolvida com produção significativa de carne, couro e recentemente abrigou a instalação da indústria de laticínios onde são embalados diariamente, milhares de litros de leite do tipo "longa vida". É um município onde a mandiocultura é expressiva, com área atual de plantio de mais de 30.000 hectares, além de estar renovando seu plantio de café, antiga vocação paranaense, com aproximadamente 20.000.000 (vinte milhões) de mudas.

Com certeza, a Região Noroeste que é hoje basicamente agrícola, terá desta forma a possibilidade de participar de um desenvolvimento integrado com outras regiões e com acesso a novas tecnologias, pela instalação de novas indústrias, que favorecerão sobremaneira a oferta de empregos e a qualidade de vida.

O Município de Paranavaí, já demonstrou que reúne as condições necessárias para liderar este pólo, vez que o município vem despertando para a industrialização, onde despontam especialmente o segmento moveleiro e o confeccionista, além de sediar outras indústrias. Paranavaí, assim como outros municípios da região noroeste, reúne requisitos fundamentais para proporcionar a melhoria da qualidade de mão-de-obra e agregar a estes valores já instalados, os pequenos produtores, proporcionando a verdadeira integração destes na economia globalizada que se anuncia.

Paranavaí então se destaca na região, em duas frentes: agricultura e indústria - onde o fomento do governo estadual e os investimentos são fundamentais para o aproveitamento dos recursos que dispõe.

A Região Noroeste, e principalmente Paranavaí, possui mais do que

condições favoráveis para abrigar tal pólo, porque possui sua gente trabalhadora que confia no futuro e que guarda esperanças, que é o primeiro passo para transformar idéias em riquezas.

Assim sendo, a preparação que o novo mercado globalizado exige, nos leva a propor projetos de relevância que produzam o real desenvolvimento de todas as regiões, e em especial da Região Noroeste, pelo qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 374/97

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Wal-mor Trentini, o Projeto de Lei nº 374/97, tem como objetivo criar o Pólo Agro-Industrial na Região Noroeste do Estado, liderado pelo Município de Paranavaí.

Analizando o projeto referido, constatamos estar o mesmo de conformidade com o Regimento Interno desta Casa, bem como embasado em justificativa convincente, inexistindo qualquer entrave constitucional à sua normal tramitação.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
PROJETO DE LEI Nº 374/97

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Wal-mor Trentini, o referido projeto visa criar o Pólo Agro-Industrial na região Noroeste do Estado, liderado pelo Município de Paranavaí.

Não acreditamos que por lei se possa determinar o desenvolvimento e a vocação de uma região, o que pode ocorrer é a otimização de alguns investimentos, no sentido de divulgar as potencialidades locais, e fazer publicidade nessa região. No momento de se fazer o "marketing", diria que o Município de Paranavaí é "pólo agro-industrial da Região Noroeste". Há dúvidas se este jargão publicitário ajudaria significativamente o desenvolvimento desta área.

Além disso, o disposto no Art. 2º já está contemplado em legislação estadual de caráter homogêneo e geral, que garante investimentos em todas as regiões e não somente no setor agro-industrial.

Não obstante estas considerações, o projeto não impõe óbice ao desenvolvimento e não apresenta divergência significativa por esta relatoria.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.97.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que cria um Pólo da Produção da Seda, liderado pelo Município de Nova Esperança, com os objetivos que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 125, de 20.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/97

P A R E C E R:

Relatório

De autoria do Deputado Basílio Zanusso, o presente projeto visa criar o "Pólo de Produção de Seda", liderado pelo Município de Nova Esperança, como especifica.

Fundamentação

A Constituição da República Federativa do Brasil é de clareza meridiana quando dispõe em seu Artigo 1º, cláusula pétrea, que o Brasil é regido pelo Estado Democrático de Direito, tendo como um de seus fundamentos o grafado no inciso IV, de onde extraímos:

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, e tem como fundamentos:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - ...

Pela análise do projeto, alcançamos que a matéria tem sua competência delegada ainda pelo mesmo Diploma no Artigo 23, que abaixo transcrevemos, para melhor fundamentação:

Constituição Federal, 1988:

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

Inciso VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Para melhor fundamentação constitucional e legal do presente projeto, dos preceitos constitucionais do Estado do Paraná, citamos que o art. 154 dispõe, de onde extraímos:

Constituição do Estado do Paraná:

Art. 154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação partidária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

(...)

Inciso IV - o estabelecimento dos mecanismos de apoio:

(...)

e) à agroindustrialização de forma regionalizada e preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades;

Conclusão

Pelo exposto retro, a iniciativa do projeto em epígrafe, não apresenta óbices constitucional ou legal que impeça sua normal tramitação, já que encontra amparo no diploma legal do Estado do Paraná.

Contudo, o presente projeto deverá ser submetido ao siso da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio - C.A.I.C., a quem é pertinente a manifestação final e que detém a competência para tratar a matéria em seu mérito, indicando o amparo legal naquela comissão.

Desta forma, somos pelo parecer favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 391/97

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o referido projeto visa criar o Pólo de Produção da Seda, liderado pelo Município de Nova Esperança.

Não acreditamos que por lei se possa determinar o desenvolvimento e a vocação de uma região, o que pode ocorrer é a otimização de alguns investimentos no sentido de divulgar as potencialidades locais, e fazer publicidade desta região. No momento de ser fazer o "marketing", diria que o Município de Nova Esperança é "pólo da

seda regional". Contudo, há dúvidas se este jargão publicitário ajudaria significativamente o desenvolvimento desta área.

Além disso, o disposto no Art. 2º já está contemplado em legislação estadual de caráter homogêneo e geral, que garante investimentos em todas as regiões, e não somente no setor de sericicultura.

Não obstante estas considerações, o projeto não impõe óbice ao desenvolvimento e não apresenta divergência significativa por esta relatoria.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.97.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2520, 2521 e 2522, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2540, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2558, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2594 a 2600, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2601, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2602, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2603, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2604, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2605 a 2608, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2609 e 2610, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Curitiba, terça, em 04.11.97

Requerimento nº 2612, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2613 e 2614, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2615, de autoria dos Srs. Deputados Beto Richa e Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2616, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2611, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2526, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Esse requerimento que hora foi rejeitado, pedindo Regime de Urgência para o FUNDAP, nós da Bancada do PT, autores desse projeto - o requerimento foi requerido pelo Deputado Romanelli - entendemos ele de suma importância para a agricultura familiar do nosso Estado.

Conversando com a Liderança do Governo, ele disse que a vontade da liderança é que até o final deste ano, possa ser votado no Plenário desta

Casa este projeto. Ele hoje foi discutido na C.C.J., com parecer favorável do Deputado Toti Colaço, e pedido visto pelo Líder do Governo.

Fazemos um apelo, Sr. Presidente, ao senhor, como Presidente desta Casa, e aos demais Parlamentares, para que possamos fazer, se necessário, um regime intensivo de debates sobre esse projeto, para vê-lo aprovado ainda este ano, para que a pequena agricultura do nosso Estado possa ser atendida com as disposições que estão na lei, que desejamos vê-la aprovada.

Fazemos um apelo, de público, ao Líder do Governo, para que o mais rápido possível ele possa proferir o voto em separado na C.C.J., para que ele tramite para as demais Comissões, e para que o Plenário desta Casa venha, uma vez que o Regime de Urgência solicitado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, não foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 098, 201, 264 e 405/97, e do de Resolução nº 016/97

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 214/96, 267, 288, 374 e 391/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 330, 342, 361, 565, 588 e 621/97.

Levanta-se a sessão.